

**EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR JOSÉ ALVES VIANA DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

**REFERÊNCIA:**

Processo nº: 1.077.055

**LIMPEBRAS ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA.**, já qualificada nos autos, por intermédio de seus procuradores ao final subscritos, vem perante Vossa Excelência **expor** e **requerer** o que se segue:

Em atenção ao teor do Ofício nº 8061/2022, remetido por ocasião do despacho proferido pelo Exmo. Sr. Conselheiro José Alves Viana, determinou-se a citação para apresentação de defesa acerca dos apontamentos constantes nos autos.

Nesse cenário, nota-se que o caso concreto demonstra, dentre outros aspectos de igual ou maior relevância, os seguintes:

- a.** A alta complexidade da matéria, uma vez que a presente Inspeção avaliou as circunstâncias da Concorrência Pública nº 004/2012, do **Contrato nº 036/2012** e dos **7 (sete) Termos Aditivos** pactuados durante o período compreendido entre **2012 a 2018**;
- b.** O exame detido sobre  **fatos ocorridos há mais de 10 anos**, demandando a revisita e a recuperação de documentos antigos;
- c.** A necessidade do correto aprofundamento acerca da metodologia utilizada pela 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CFOSE) para apontar os

diversos achados descritos no corpo do Relatório de Inspeção Extraordinária (peça nº 90).

Notadamente, por decorrência dos itens listados acima, sobrepõem questões operacionais internas que demandam maior tempo para propiciar a efetiva observância ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88), considerando sempre a compreensão de tais postulados dentro do Processo de Controle Externo, cujo sentido se dirige à comprovação da verdade material.

Posto isso, frente a fundamentação exposta, **requer-se** a concessão da **prorrogação do prazo inicialmente conferido, por mais 15 (quinze) dias úteis**, a contar da data de apreciação do presente pedido.

Registre-se, desde logo, que não se desconhece a relevância dos efeitos da citação, tampouco prevalece qualquer rejeição ao cumprimento das obrigações processuais advindas da condução da Inspeção Extraordinária, conquanto seja imprescindível a prorrogação do aludido prazo para o escorreito atendimento à finalidade do Ofício nº 8061/2022, sem desguarnecer a amplitude do exercício de defesa e sua vertente afeta ao alcance da verdade material.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Belo Horizonte/MG, 04 de outubro de 2022.

**Jair Eduardo Santana**

OAB/MG 132.821

OAB/SP 78.891

**Juliana de Moura Pereira**

OAB/MG 168.200

OAB/SP 459.056